

SERVIDOR

Angélica Martins (Interina)

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

GOVERNO ENVIA MUDANÇAS PARA ALERJ

DIVULGAÇÃO



O governo do Estado do Rio envia hoje à Assembleia Legislativa (Alerj) para votação a proposta de Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual. No texto, o governador Luiz Fernando Pezão, em conjunto com a sua equipe econômica, propõe 11 medidas para a reforma, com objetivo de reduzir a dependência das finanças do estado dos royalties de petróleo e tentar reduzir o déficit do Rioprevidência, de R\$ 12 bilhões. As medidas devem garantir economia anual de R\$ 13,5 bilhões, como antecipou **O DIA**, após entrevista com o governador no último dia 26.

As principais alterações propostas são para o sistema previdenciário estadual, com parte

atingindo diretamente o bolso dos servidores ativos, aposentados e pensionistas. Pela proposta, eles vão contribuir para a previdência com 14% do salário em vez dos atuais 11%. Além disso, o estado também aumentaria sua alíquota de participação patronal, de 22% para 28%.

O texto prevê, ainda, que Judiciário e Legislativo serão responsáveis pelo recolhimento ao Rioprevidência da parte de seus servidores. Hoje, o Tesouro Estadual ainda paga 3% dos 22% da contribuição patronal dos outros poderes. Também para reduzir o déficit do Rioprevidência, Pezão quer apertar o cerco nas concessões de benefícios novos e analisar os antigos.

■ **JUDICIÁRIO FEDERAL** — A Direção Executiva da Fenajufe definiu o dia 25 de fevereiro como indicativo do Dia Nacional de Mobilização.

e-mail: economia@odia.com.br

PROPOSTAS 1

DÍVIDA DE TODOS

■ Uma outra proposta é de cotização dos déficits da Previdência entre os poderes, o que já ocorre em quase todos os estados do país. Pezão também quer que os recursos que o Judiciário e Legislativo conseguirem economizar em um ano sejam destinados ao pagamento de salários no ano seguinte, e não mais para bônus ou despesas extras.

PROPOSTAS 3

SALDOS FINANCEIROS

■ O governo quer usar os saldos financeiros dos poderes ao final de cada ano para compensar os novos repasses feitos no exercício seguinte. O lucro dos Fundos de Administração Direta do Poder Executivo, ao final de cada ano, também migraria automaticamente para o Tesouro Estadual para equilibrar as contas.

JUDICIÁRIO 1

TJ SUSPENDE AÇÃO

■ O presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, suspendeu ontem o pedido do Executivo para que a Procuradoria Geral do Estado recorresse da decisão do juiz da 9ª Vara de Fazenda Pública da Capital, que determinou o pagamento de todo o funcionalismo.

PROPOSTAS 2

DESVINCULAÇÃO

■ Outro ponto é a desvinculação de 50% das Receitas do Estado (DRE), até 2020, de todos os fundos de Administração Direta do Executivo e demais poderes, e de todas as receitas próprias de Administração Indireta do Executivo. Entram o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano, Fundação de Amparo à Pesquisa e Fundo Estadual de Saúde.

PROPOSTAS 4

DESVINCULAÇÃO

■ Mais um ponto que será levado à Alerj hoje é a desvinculação das receitas de royalties de petróleo no cálculo da Receita Corrente Líquida. Atualmente, o estado paga à União 13% destes valores. Também quer auditar a folha de pagamento do Legislativo e do Judiciário e cortar pelo menos 20% de benefícios irregulares.

JUDICIÁRIO 2

NO SUPREMO

■ A partir de agora, o processo será avaliado apenas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mas não suspende a penhora dos R\$ 265 milhões para o pagamento dos servidores do Poder Judiciário, após ação do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (SindJustiça).